



bases
FUNDAÇÃO BANE B DE
SEGURIDADE SOCIAL

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2026
PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO BÁSICO

CNPB: 1986000265

Aprovada pelo Conselho Deliberativo da Bases – Fundação Baneb de Seguridade Social, no dia 25 de novembro de 2022, Ata nº 367.

Aprovada revisão anual pelo Conselho Deliberativo da Bases – Fundação Baneb de Seguridade Social, no dia 22 de dezembro de 2025, Ata nº 409.

Índice

1 – DOS OBJETIVOS E IDENTIFICAÇÃO DO PLANO	3
2 – DA ESCOLHA DOS INVESTIMENTOS	3
3 – GESTÃO	3
4 – GESTÃO DOS INVESTIMENTOS	3
5 – DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS	4
6 – PLANO DE MACRO-ALOCAÇÃO E LIMITES POR SEGMENTO	4
7 – ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO	4
8 – DO SEGMENTO DE RENDA FIXA	5
8.1 – Classificação de Ativos e Limites no Segmento de Renda Fixa.....	5
9 – DO SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	6
9.1 – Classificação de Ativos e Limites no Segmento de Renda Variável.....	6
10 – DO SEGMENTO DE ESTRUTURADO	7
10.1 – Classificação de Ativos e Limites no Segmento Estruturado.....	7
11 – DO SEGMENTO IMOBILIÁRIO	7
11.1 – Classificação de Ativos e Limites no Segmento Imobiliário.....	7
11.2 – Da Avaliação dos Imóveis.....	8
12 – DO SEGMENTO DE OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	8
12.1 – Do Limite no Segmento de Operações com Participantes.....	8
13 – DO SEGMENTO EXTERIOR	8
13.1 – Do Limite no Segmento Exterior.....	8
14 – LIMITES DE ALOCAÇÃO POR EMISSOR	10
15 – LIMITES DE CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR	10
16 – DO EMPRÉSTIMOS DE VALORES MOBILIÁRIOS	11
17 – DAS OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS	12
18 – DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS CONTITUÍDOS NO BRASIL	12
19 – DO DESENQUADRAMENTO PASSIVO	12
20 – DAS VEDAÇÕES / DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS	12
21 – DOS LIMITES PARA OS ADMINISTRADORES / GESTORES DE RECURSOS	15
22 – DO CONTROLE DE RISCO	15
23 – DA ALAVANCAGEM	16
24 – DOS OBJETIVOS E LIMITES DE RISCO	16
24.1 – Fundos de Renda Fixa.....	16
24.2 – Fundos de Renda Variável.....	16
25 – DA RELAÇÃO ENTRE A BASES E AS SUAS PATROCINADORAS	16
26 – DA CUSTÓDIA	16
27 – DA AUDITORIA	16
28 – ESTRATÉGIAS DE FORMAÇÃO DE PREÇO	16
29 – REQUISITOS E CONDIÇÕES DOS ATIVOS	17
30 – CENÁRIOS MACROECONÔMICOS	17

1 – DOS OBJETIVOS E IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

A presente Política de Investimentos tem como objetivo dispor sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores do Plano Básico de Benefícios Previdenciários (PLANO BÁSICO), cuja taxa mínima atuarial é INPC+3,98%a.a., administrado pela Bases - Fundação Baneb de Seguridade Social, visando à maximização da rentabilidade de seus ativos, através da superação das metas estabelecidas atuarialmente para esse Plano, na incessante busca de constituir reservas suficientes para pagamento do passivo atuarial, levando em consideração os fatores de risco, segurança, solvência, liquidez e transparência.

Identificação do Plano de Benefício Previdenciário:

Administradora: BASES – Fundação Baneb de Seguridade Social

Tipo de Plano: Benefício Definido

CNPB: 1986.0002-65

Meta Atuarial: INPC+3,98%a.a.

Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB): Mauricio Medeiros Assis Pereira

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ): Nelsiene Santos Sena

2 – DA ESCOLHA DOS INVESTIMENTOS

Os recursos garantidores do Plano Básico poderão ser aplicados em carteiras diversificadas de ativos financeiros e demais modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observado o disposto na regulamentação em vigor, conforme descrito abaixo:

- a) Renda fixa;
- b) Renda variável;
- c) Estruturado;
- d) Imobiliário;
- e) Operações com participantes;
- f) Exterior.

3 – GESTÃO

A Política de Investimentos do plano de benefícios BÁSICO está de acordo com o Capítulo IV - Da Política de Investimento da Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, com alterações na redação dadas pela Resolução CMN nº 5.202, de 27/3/2025, no intuito de promover aperfeiçoamentos no sentido de conferir maior transparência, eficiência e segurança ao processo de gestão das aplicações e adequar a Resolução CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022.

Os princípios de responsabilidade ambiental, social e de governança, podem ser entendidos como um conjunto de regras que visam a favorecer o investimento em companhias que adotam, em suas atividades ou através de projetos, políticas de responsabilidade ambiental, social e de governança.

A BASES, ao longo da vigência desta política, adotará princípios de responsabilidade ambiental, social e de governança, que serão observados sempre que possível, sem adesão a protocolos e regras.

4 – GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

A gestão dos recursos da Política de Investimentos do plano de benefícios BÁSICO poderá ser própria ou terceirizada, através de fundos de investimentos. O objetivo da terceirização dos investimentos é instituir uma parceria que fortaleça, qualitativa e quantitativamente, a gestão direta sobre os investimentos e a diversificação, como forma de redução de riscos e a maximização da rentabilidade de seus ativos, através da superação da meta estabelecida atuarialmente para o Plano, na incessante busca de constituir reservas suficientes para pagamento do passivo atuarial.

5 – DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS

A aplicação dos recursos deve observar a modalidade do plano de benefícios, suas especificidades e as características de suas obrigações, com o objetivo da manutenção do equilíbrio entre os seus ativos e passivos.

O ALM – Asset Liability Management é uma ferramenta eficaz no processo de gerenciamento de uma instituição que administra recursos de médio e longo prazo, sendo úteis na gestão dos planos de benefícios e definição das diretrizes de investimento.

A análise do risco atuarial integrada aos investimentos tem como objetivo assegurar os padrões de segurança econômico-financeira, com fins específicos de preservar a liquidez, a solvência e o equilíbrio dos planos de benefícios administrados.

6 – PLANO DE MACRO-ALOCAÇÃO E LIMITES POR SEGMENTO

A tabela abaixo apresenta limite legal, alocação-alvo de aplicação e meta de rentabilidade em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022. A alocação alvo foi definida com base na Política de Investimento do Plano Básico, elaborada com o intuito de determinar a alocação estratégica.

SEGMENTO	LIMITE RES. 4.994	ALOCAÇÃO MÍNIMA	ALOCAÇÃO ALVO	ALOCAÇÃO MÁXIMA	META DE RENTABILIDADE
Renda Fixa	100%	0,00%	95%	100%	INPC + 3,98% a.a
Renda Variável	70%	0,00%	0%	10%	IBX + 3,00% a.a
Estruturado	20%	0,00%	1%	5%	INPC + 3,98% a.a
Imobiliário	20%	0,00%	0%	8%	INPC + 3,98% a.a
Operações com participantes	15%	0,00%	4%	10%	INPC + 3,98% a.a
Exterior	10%	0,00%	0%	10%	INPC + 3,98% a.a

7 – ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO

A natureza da alocação de ativos é um processo de várias possibilidades, tanto ativo como estritamente passivo. Optar por determinada estratégia ou por uma combinação delas depende essencialmente dos seus objetivos como investidor, do horizonte e da sua tolerância ao risco.

ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA: A alocação estratégica de ativos é baseada nos rendimentos esperados para cada classe de ativos no longo-prazo, levando em consideração a estrutura do passivo atuarial e visa proporcionar rentabilidade compatível com o atuarial do plano de benefícios e seu perfil de risco. O ALM é, portanto, o balizador desse tipo de alocação, através da proposta de macro-alocação, que define a alocação objetivo e os limites de aplicação de cada segmento.

ALOCAÇÃO TÁTICA: A alocação tática de ativos é a micro alocação dos recursos do Plano, que consiste em investimentos de curto prazo. Essa estratégia poderá ser composta pelos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável.

8 – DO SEGMENTO DE RENDA FIXA

ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA: O objetivo principal das aplicações é formar um “hedge” do passivo atuarial do plano de benefício administrado pela BASES. Os ativos terão como características o baixo risco de crédito e remuneração correlacionada às taxas atuariais dos planos de benefícios administrados pela BASES. A gestão dessa estratégia será realizada internamente ou por terceiros.

ALOCAÇÃO TÁTICA: As aplicações serão realizadas, predominantemente, através de fundos exclusivos e/ou de condomínio aberto, objetivando liquidez e/ou buscar um diferencial de rentabilidade em médio/ curto prazos.

Os investimentos no segmento de renda fixa podem representar até 100% (cem por cento) do total dos recursos garantidores do Plano Básico.

8.1 – Classificação de Ativos e Limites no Segmento de Renda Fixa

A alocação de recursos no segmento de renda fixa deverá restringir-se aos seguintes ativos e limites:

RENDA FIXA	100%
Títulos da dívida pública mobiliária federal interna	100%
Cotas de classes de ETF de renda fixa composto exclusivamente por títulos da dívida pública mobiliária federal interna	
Ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil	80%
Ativos financeiros de renda fixa de emissão de sociedade por ações de capital aberto, incluídas as companhias securitizadoras	
Cotas de classes de ETF de renda fixa, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários	
Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais, desde que emitidos antes da vigência da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014	20%
Obrigações de organismos multilaterais emitidas no País	
Ativos financeiros de renda fixa de emissão, com obrigação ou coobrigação, de instituições financeiras não bancárias e de cooperativas de crédito, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;	
Debêntures incentivadas de que trata o art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, e debêntures de infraestrutura, de que trata a Lei nº 14.801, de 9 de janeiro de 2024	
FIDC, CICFIDC, CCB e CCCB	
CPR, CDCA, CRA e WA	
O conjunto dos ativos financeiros listados na Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, artigo 21, incisos II e III, deve respeitar o limite dos recursos do plano.	80%

As operações compromissadas devem ser lastreadas em títulos da dívida pública mobiliária federal interna.

Os ativos financeiros de renda fixa de emissão de sociedades por ações de capital fechado e sociedades limitadas somente podem ser adquiridos com coobrigação de instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As CCCB lastreadas em CCB emitidas sociedades limitadas somente podem ser adquiridas caso as referidas CCB sejam coobrigadas por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

9 – DO SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL

ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA – As aplicações terão como objetivo principal agregar rentabilidade a longo prazo. Essa estratégia será realizada tanto através da carteira própria ou terceirizada quanto adquirindo quotas de fundos de condomínio exclusivo ou aberto.

ALOCAÇÃO TÁTICA – Alocações com objetivo de maximizar resultados a médio e curto prazos, realizadas, predominantemente, através da carteira própria ou terceirizada.

Os investimentos no segmento de renda variável podem representar até 20% (vinte por cento) dos RECURSOS GARANTIDORES do Plano Básico.

Serão classificados no segmento de renda variável:

9.1 – Classificação de Ativos e Limites no Segmento de Renda Variável

Os investimentos e os limites no segmento deverão ser restringidos conforme quadro abaixo.

RENDA VARIÁVEL	10%
Recursos do plano em ações, bônus de subscrição em ações, recibos de subscrição em ações, certificados de depósito de valores mobiliários e em cotas de fundos de índice referenciados em ações de emissão de sociedade por ações de capital aberto cujas ações sejam admitidas à negociação em segmento especial, instituído em bolsa de valores, que assegure, por meio de vínculo contratual entre a bolsa e o emissor, práticas diferenciadas de governança	10%
Recursos do plano em ações, bônus de subscrição em ações, recibos de subscrição em ações, certificados de depósito de valores mobiliários e em cotas de classes de cotas de fundos de índice referenciados em ações de emissão de sociedades por ações de capital aberto cujas ações sejam admitidas à negociação em bolsa de valores e que não estejam em segmento especial	5%
Recursos do plano em Brazilian Depositary Receipts – BDR e ETF – Internacional, admitido à negociação em bolsa de valores do Brasil, observada a regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários	3%
Recursos de cada plano em certificados representativos de ouro físico no padrão negociado em bolsa de mercadorias e de futuros	3%

As aplicações no segmento de renda variável poderão ser operacionalizadas por meio de aplicações realizadas diretamente pela Fundação e/ou por intermédio de fundos/carteiras administrados por empresas especializadas na administração de recursos.

10 – DO SEGMENTO DE ESTRUTURADO

10.1 – Classificação de Ativos e Limites no Segmento Estruturado

ESTRUTURADOS	5%
Cotas de classes de fundos de investimento em participações (FIP)	5%
Cotas de classe de fundos de investimento nas cadeias produtivas agroindustriais – Fiagro, observada a regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários	
Recursos do plano em certificados de operações estruturadas (COE)	2%
Cotas de classes de fundos de investimento, tipificadas como “Ações - Mercado de Acesso”, observada a regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários	
Recursos do plano em cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como multimercado	2%
Recursos do plano em créditos de descarbonização – CBIO e créditos de carbono, desde que registrados em sistema de registro e de liquidação financeira de ativos autorizado pelo Banco Central do Brasil ou negociados em mercado administrado por entidade administradora de mercado organizado autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários.	1%

Certificar de que o FIP seja qualificado como entidade de investimento, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários, incluídas as regras de elaboração e divulgação das demonstrações contábeis.

O FIP deve prever em seu regulamento:

I - A determinação de que o gestor do fundo de investimento, ou gestoras ligadas ao seu respectivo grupo econômico, mantenha, no mínimo, 3% (três por cento) do capital subscrito da subclasse ou classe do fundo;

II - A vedação de que a BASES detenham mais de 40% (quarenta por cento) das cotas de uma mesma classe, exceto durante os primeiros doze meses iniciais e finais do investimento; e

III - a limitação de responsabilidade dos cotistas ao valor por eles subscrito.

Vedada a inserção de cláusula no regulamento do FIP que estabeleça preferência, privilégio ou tratamento diferenciado de qualquer natureza ao gestor e/ou pessoas ligadas em relação aos demais cotistas.

Os investimentos realizados por meio de cotas de classe de fundos de investimento tipificadas como multimercado não classificados neste artigo ou no segmento exterior podem ser consolidados com as posições dos ativos das carteiras próprias e carteiras administradas para fins de verificação dos limites.

11 – DO SEGMENTO IMOBILIÁRIO

11.1 – Classificação de Ativos e Limites no Segmento Imobiliário.

Os investimentos no segmento de imóveis, não deverão exceder a 8% (oito por cento) do total dos RECURSOS GARANTIDORES do Plano Básico.

IMÓVEIS	8%
Cotas de classes de fundos de investimento imobiliário – FII e cotas de classes em cotas de FII	8%
Certificados de recebíveis imobiliários (CRI)	
Cédulas de crédito imobiliário (CCI)	

As CCI de emissão de sociedades por ações de capital fechado e sociedades limitadas somente poderão ser adquiridas com coobrigação de instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

11.2 – Da Avaliação dos Imóveis

Qualquer alienação no segmento de imóveis fica condicionada à aprovação prévia do Conselho Deliberativo, devendo ser precedida de, pelo menos, uma avaliação, efetuada de acordo com os critérios estabelecidos pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar-PREVIC.

12 – DO SEGMENTO DE OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

12.1 – Do Limite no Segmento de Operações com Participantes

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	10%
Empréstimos pessoais concedidos com recursos do plano de benefícios aos seus participantes e assistidos	10%

A BASES não irá operar financiamentos imobiliários concedidos com recursos do plano Básico aos seus participantes e assistidos.

Os contratos das operações a que se refere à Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, artigo 25, inciso I, devem conter cláusula de consignação em pagamento da reserva até o valor estipulado para o instituto do resgate.

Incluem-se neste segmento os valores mobiliários lastreados em recebíveis oriundos, direta ou indiretamente, dessas operações.

Os encargos financeiros das operações com participantes devem ser superiores à taxa mínima atuarial, para planos constituídos na modalidade de benefício definido, ou ao índice de referência estabelecido na política de investimentos, para planos constituídos em outras modalidades, acrescidos de taxa referente à administração das operações e de taxa adicional de risco.

13 – DO SEGMENTO EXTERIOR

13.1 – Do Limite no Segmento Exterior

EXTERIOR	10%
Cotas de classes de fundos de investimento e cotas de classe de investimento em cotas de fundos de investimento tipificadas como “Renda Fixa - Dívida Externa” ou títulos da dívida pública mobiliária federal externa	10%
Cotas de classes de fundos de investimento constituídos no Brasil, destinados à aquisição de cotas de fundos de investimento constituídos no exterior e a investidores qualificados,	

em que seja permitido investir mais de 40% (quarenta por cento) do patrimônio líquido em ativos financeiros no exterior, observados os termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários

Cotas de classes de fundos de investimento constituídos no Brasil, destinados a investidores qualificados, em que seja permitido investir mais de 40% (quarenta por cento) do patrimônio líquido em ativos financeiros no exterior, observados os termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários

Cotas de classes de fundos de investimento constituídos no Brasil, destinados ao público em geral, em que seja permitido investir mais de 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituído no exterior

Ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos constituídos no Brasil, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que não estejam previstos nos incisos I a IV-A do caput do Artigo 26 da Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022

A BASES deve assegurar que:

I - Os ativos financeiros emitidos no exterior com risco de crédito que componham a carteira dos fundos de investimento constituídos no Brasil de que tratam os incisos III, IV-A e V do caput do Artigo 26 da Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022 sejam classificados como grau de investimento por agência de classificação de risco registrada na Comissão de Valores Mobiliários ou reconhecida por essa autarquia;

II - Os gestores dos fundos de investimentos constituídos no exterior estejam em atividade há mais de cinco anos e administrem montante de recursos de terceiros superior a US\$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de dólares dos Estados Unidos da América) na data do investimento; e

III - os fundos de investimento constituídos no exterior possuam histórico de performance superior a doze meses.

Não se aplica o requisito do inciso I do § 1º do Artigo 26 da Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022 para os títulos emitidos no exterior da dívida pública brasileira ou para ativos financeiros emitidos no exterior de empresa brasileira constituída sob a forma de sociedade anônima de capital aberto.

É vedada a aquisição de cotas de classes de fundos de investimento que apliquem até 100% (cem por cento) dos seus recursos no exterior cujo regulamento não atenda no mínimo à regulamentação aplicável a investidores qualificados ou ao público em geral nos termos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários.

É vedada a aquisição direta ou indireta de cotas de classes de fundos de investimento em participações que apliquem recursos no exterior.

Os fundos de investimento constituídos no Brasil de que tratam os incisos II e IV-A do caput do Artigo 26 da Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022 devem prever em seu regulamento que somente podem adquirir ativos financeiros emitidos no exterior mediante a aquisição de cotas de fundos de investimento constituídos no exterior, incluídas as cotas de classe de ETF.

A exigência de grau de investimento de que trata o inciso I do § 1º do Artigo 26 da Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022 não dispensa a necessária avaliação de risco pela BASES.

Devem ser classificados no inciso V do caput do Artigo 26 da Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022 os ativos financeiros emitidos no exterior pertencentes às carteiras das classes de cotas não sujeitas ao tratamento de cota a que se refere o art. 32, parágrafo único, da Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022 destinadas:

- I - Ao público geral cujo regulamento permita aquisição de até 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido em ativos financeiros no exterior; e
- II - A investidores qualificados cujo regulamento permita aquisição de até 40% (quarenta por cento) do patrimônio líquido em ativos financeiros no exterior.

A BASES deve certificar que as classes de cotas de fundo de investimento por elas investidas garantam que os requisitos estipulados pela Comissão de Valores Mobiliários para investimento em veículos e fundos de investimento no exterior sejam atendidos por força de regulação exercida por supervisor local.

Os ativos financeiros emitidos no exterior investidos pelos fundos de investimento de que trata este artigo devem ser registrados em sistema de registro, objeto de escrituração de ativos, objeto de custódia ou objeto de depósito central, em todos os casos, por instituições devidamente autorizadas em seus países de origem e supervisionadas por supervisor local.

14 – LIMITES DE ALOCAÇÃO POR EMISSOR

A alocação de recursos por emissor deverá restringir-se aos seguintes limites do patrimônio líquido do Plano Básico.

EMISSOR	Alocação
Tesouro Nacional	100%
Instituição financeira autorizada pelo BACEN	20%
Demais emissores	10%

Considera-se como um único emissor, para efeito desta Resolução, os integrantes de um mesmo conglomerado econômico ou financeiro, bem como as companhias controladas pelos tesouros estaduais ou municipais.

Para fins de verificação do limite estabelecido no inciso III do artigo 27 da Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, nos casos de emissões de certificados de recebíveis com a adoção de regime fiduciário, considera-se como emissor cada patrimônio separado constituído com a adoção do referido regime.

Para fins de verificação dos limites estabelecidos no artigo 27 da Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, devem ser observados os investimentos totais do plano de benefícios.

A verificação dos limites estabelecidos, no artigo 27 da Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, quando da aquisição de ativos financeiros de emissão da patrocinadora, deve considerar o total da dívida contratada pelo patrocinador com o plano de benefícios.

15 – LIMITES DE CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR

A BASES deve observar, considerada a soma dos seus recursos administrados, o limite de concentração por emissor:

EMISSOR	Alocação
Instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;	25%
Classe de FIDC ou classe de investimento em cotas de FIDC	
Classe de ETF de renda fixa e ETF referenciado em ações de emissão de sociedade por ações de capital aberto, incluindo o fundo de índice do exterior admitido à negociação em bolsa de valores do Brasil – BDR-ETF	
Classe de fundo de investimento ou classe de investimento em cotas de fundo de investimento classificado no segmento estruturado, exceto cotas de classe de FIP	
Classe de FII	
Classe de fundos de investimento constituídos no Brasil de que trata o art. 26, caput, incisos III, IV-A e V da Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022	
Até 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio separado constituído nas emissões de certificado de recebíveis com a adoção de regime fiduciário;	15%
Do patrimônio líquido: do fundo de investimento constituído no exterior de que trata o inciso II do art. 26 da Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022; e do emissor listado na alínea “d” do inciso III do art. 21 da Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022; e de classe de FIP.	
De uma mesma emissão de ativos financeiros de renda fixa. De uma mesma subclasse de cotas de FIDC	25%

O limite estabelecido no inciso I do caput do Artigo 28 da Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022 não se aplica a classe de investimento em cotas de fundo de investimento, desde que as aplicações da classe de investimento investida observem os limites deste artigo.

A disposição prevista no § 3º do Artigo 28 da Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022 também se aplica a classe de cotas de FIP que invista seu patrimônio líquido em cotas de outros FIP, conforme regra da Comissão de Valores Mobiliários.

A BASES tem até sessenta dias a partir da data de cada integralização para enquadrar-se aos limites previstos no inciso I do artigo 28 da Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022.

A BASES deve observar o limite de concentração por emissor de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade de ações que representam o capital total e o capital votante, incluindo os bônus de subscrição e os recibos de subscrição, de uma mesma sociedade por ações de capital aberto admitida ou não à negociação em bolsa de valores.

16 – DO EMPRÉSTIMOS DE VALORES MOBILIÁRIOS

A BASES poderá emprestar ativos financeiros de sua carteira observadas às regras sobre o empréstimo de valores mobiliários por câmaras e prestadores de serviços de compensação e liquidação estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, bem como as medidas regulamentares adotadas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Os ativos financeiros emprestados devem, mesmo nessa condição, ser considerados para verificação dos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022.

17 – DAS OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS

A BASES pode manter posições em mercados derivativos, diretamente ou por meio de fundo de investimento, desde que observadas, cumulativamente, as condições estabelecidas no Capítulo VIII da Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022.

18 – DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS CONTITUÍDOS NO BRASIL

Os fundos de investimento objeto de aplicação por parte da BASES devem ser registrados na Comissão de Valores Mobiliários e os investimentos por eles realizados devem observar os requisitos dos ativos financeiros estabelecidos no capítulo IX da Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022.

19 – DO DESENQUADRAMENTO PASSIVO

Nos termos do Capítulo X, artigo 35 da Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, não são considerados como inobservância aos limites estabelecidos na Resolução os desenquadramentos passivos decorrentes de:

- I - Valorização de ativos relativamente aos recursos garantidores do plano;
- II - Recebimento de ações em bonificação;
- III - Conversão de bônus ou recibos de subscrição;
- IV - Exercício do direito de preferência;
- V - Reestruturação societária na qual a BASES não efetue novos aportes;
- VI - Operações previstas nos incisos II, III e IV do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 2001;
- VII - Resgate de cotas de fundos de investimento nos quais a BASES não efetue novos aportes; e
- VIII - Recebimento de ativos provenientes de operações de empréstimos realizados nos termos do art. 29 da Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022
- IX - Processos de recuperação judicial; e
- X - Reavaliação de imóveis.

Os excessos referidos no artigo 35 da Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022 devem ser eliminados no prazo de dois anos da ocorrência do desenquadramento.

A BASES fica impedida, até o respectivo enquadramento, de efetuar investimentos que agravem os excessos verificados.

20 – DAS VEDAÇÕES / DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

É vedado a BASES e ao Administrador/Gestor, Por meio de carteira própria, carteira administrada, classes de cotas de fundos de investimento e classes de investimento em cotas de fundo de investimento:

- I - realizar operações de compra e venda, ou qualquer outra forma de troca de ativos entre planos da BASES;
- II - realizar operações de crédito, inclusive com suas patrocinadoras, ressalvados os casos expressamente previstos no art. 25 da Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022;
- III - aplicar em ativos financeiros de emissão de pessoas físicas;

IV - aplicar em ativos financeiros de emissão de sociedades limitadas, ressalvados os casos expressamente previstos na Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022;

V - aplicar em ações e demais ativos financeiros de emissão de sociedades por ações de capital fechado, ressalvados os casos expressamente previstos na Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022;

VI - realizar operações com ações, bônus de subscrição em ações, recibos de subscrição em ações, certificados de depósito de valores mobiliários não admitidos à negociação por intermédio de mercado de balcão organizado ou bolsa de valores autorizada a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários, exceto nas seguintes hipóteses:

- a) distribuição pública de ações;
- b) exercício do direito de preferência;
- c) conversão de debêntures em ações;
- d) exercício de bônus ou de recibos de subscrição;
- e) casos que envolvam negociação de participação relevante conforme regulamentação da Previc; e
- f) demais casos expressamente previstos na Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022;

VII - manter posições em mercados derivativos, diretamente ou por meio de fundo de investimento:

- a) a descoberto; ou
- b) que gerem possibilidade de perda superior ao valor do patrimônio da carteira ou do fundo de investimento ou que obriguem ao cotista aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do fundo;

VIII - realizar operações de compra e venda de um mesmo ativo financeiro em um mesmo dia (operações day trade), excetuadas as realizadas em plataforma eletrônica ou em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros devidamente justificadas em relatório atestado pelo AETQ;

IX - aplicar no exterior, ressalvados os casos expressamente previstos na Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022;

X - prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer forma;

XI - locar, emprestar, tomar emprestado, empenhar ou caucionar ativos financeiros, exceto nas seguintes hipóteses:

- a) depósito de garantias em operações com derivativos no âmbito de cada plano de benefícios;
- b) operações de empréstimos de ativos financeiros, nos termos do art. 29 da Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022; e
- c) depósito de garantias de ações judiciais no âmbito de cada plano administrado pela BASES;

XII - atuar como incorporadora, de forma direta ou indireta; e

XIII - adquirir terrenos e imóveis.

XIV - adquirir ou manter, de forma direta ou indiretamente, investimentos em ativos virtuais.

As vedações estabelecidas nos incisos II a XIII do caput do art. 36 da Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022 não se aplicam às classes e subclasses de cotas, às classes de investimento em cotas de FIDC, às cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como multimercado e Fiagro classificados no segmento estruturado, classes e subclasses de cotas de fundos de investimento classificados como “Ações - Mercado de Acesso” e fundos de investimentos constituídos no exterior, observada a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

As vedações estabelecidas nos incisos IV, V, VI, VII, IX, X, XI e XIII do caput do art. 36 da Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022 não se aplicam às classes de cotas de FIP, observada a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

As vedações estabelecidas nos incisos VIII e IX do caput do art. 36 da Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022 não se aplicam às classes de cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil a que se refere o art. 26, caput, incisos I a IV-.

A vedação estabelecida no inciso I do artigo 36 da Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022 não se aplica às transferências de recursos entre planos de benefícios e o plano de gestão administrativa, referentes ao custeio administrativo e, em caráter excepcional, àquelas resultantes de operações previstas nos incisos II, III e IV do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 2001, conforme regulamentação da Previc, desde que:

- I - A transação se mostre de inequívoco interesse dos planos envolvidos, inclusive quanto ao preço dos ativos a ser praticado; e
- II - A operação seja aprovada pela diretoria executiva e conselho deliberativo da BASES, com anuência do conselho fiscal.

A vedação estabelecida no inciso IX do caput do artigo 36 da Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022 não se aplica às classes de cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil a que se refere o art. 26, § 7º, incisos I e II.

A BASES, se verificar, na data de entrada em vigor desta Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, o desenquadramento de cada plano em relação aos requisitos ou limites ora estabelecidos, pode manter os respectivos investimentos até a data do seu vencimento ou de sua alienação.

A BASES fica impedida de efetuar novas aplicações que agravem os excessos mencionados no caput do artigo 37 da Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022 até que se observe o enquadramento ao disposto nesta Resolução.

Excetuam-se do artigo 37 da Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022 do disposto no § 1º a integralização, em decorrência de compromissos formalmente assumidos pela BASES até a data da entrada em vigor desta Resolução, de cotas de: I - FIDC; II - FIP; e III - FII.

A BASES pode manter os investimentos em FICFIP e FMIEE em sua carteira, observado o procedimento estabelecido pela Comissão de Valores Mobiliários para sua regularização.

Estoque de imóveis e terrenos pertencentes à carteira própria será considerado para o cômputo do limite disposto do art. 24 em relação aos recursos de cada plano.

A BASES com plano de enquadramento aprovado pelo Conselho Monetário Nacional permanece com as obrigações existentes na data da publicação da Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022 referentes à execução desse plano.

A obrigatoriedade de que trata o § 1º do art. 16, para os ativos financeiros pertencentes às carteiras dos FIDC, FIP e FII, entra em vigor na forma e em data a ser definida pela Previc.

Não se aplica o disposto no Capítulo III desta Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022 aos ativos financeiros emitidos no exterior, incluídos os fundos de investimentos constituídos no exterior, pertencentes a carteiras de fundos constituídos no Brasil que tenha a BASES como cotista.

21 – DOS LIMITES PARA OS ADMINISTRADORES / GESTORES DE RECURSOS

As aplicações em fundos de investimentos financeiros administrados por Empresas Administradoras/Gestoras de recursos – ASSET MANAGEMENT terão como limite o valor correspondente a 1% (Hum por cento) dos recursos por elas administrados, limitados, todavia, a 20% (Vinte por cento) do total dos recursos do Plano Básico da BASES; podendo esse valor ser extrapolado desde que seja em decorrência de rentabilidade auferida.

Os limites acima não se aplicam a BRAM – Bradesco Asset Management, que poderá administrar/gerir até 100% (cem por cento) dos RECURSOS GARANTIDORES do Plano Básico da BASES.

Para as Instituições administradoras de F.I. (Fundo de Investimento) o limite será de 100% dos RECURSOS GARANTIDORES do Plano Básico da BASES.

Os fundos de investimento de que trata esta Política de Investimentos devem ser registrados na Comissão de Valores Mobiliários.

FUNDOS CONDOMINIAIS SOB GESTÃO DISCRICIONÁRIA – A Entidade não intervém na estratégia de alocação de gestores externos com mandatos discricionários. Na aplicação dos recursos, porém, os fundos abertos devem observar todos os critérios e limites estabelecidos pela legislação vigente. Em especial, os gestores devem considerar os ditames da Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, e demais normas e leis complementares.

FUNDOS EXCLUSIVOS OU CARTEIRAS PRÓPRIAS – As alocações em ativos devem observar os ditames da legislação vigente, Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, concomitantemente aos limites e restrições estabelecidas nos regulamentos, mandatos, contratos de gestão e nos tópicos desta política de investimentos. Dentro do segmento de renda variável, é permitida a aplicação máxima de 10% dos recursos garantidores, através de carteira própria (administração interna).

Os ADMINISTRADORES / GESTORES deverão ainda obedecer ao disposto na Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022:

22 – DO CONTROLE DE RISCO.

A manutenção de sistema e a emissão de relatórios de riscos dos ativos financeiros da BASES caberá aos gestores de fundos de investimentos uma vez que a Entidade mantém uma gestão terceirizada de administração de recursos.

Na aplicação dos recursos, a BASES deve identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos, incluídos os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e sistêmico, e a segregação das funções de gestão, administração e custódia.

Entende-se risco como sendo a igual probabilidade de que ameaças ao valor da carteira se concretizem em perdas efetivas.

Os principais tipos de risco a serem tratados são:

- a) Risco de Liquidação;
- b) Risco de Crédito;
- c) Risco de Mercado;
- d) Risco de Liquidez;
- e) Risco de Preço ou Taxa;
- f) Risco Operacional.

23 – DA ALAVANCAGEM

Os fundos, tanto do segmento de renda fixa como do segmento de renda variável, não podem assumir posições em derivativos que resultem em alavancagem de seu patrimônio líquido. Entende-se por alavancagem a situação em que a exposição do fundo a um determinado indexador exceda o patrimônio líquido do referido fundo ou seja inferior a zero.

Por exposição do fundo, entende-se o somatório das posições detidas à vista e do valor presente dos contratos de derivativos atrelados ao referido indexador. O valor presente dos contratos de derivativos serão considerados negativos para posições vendidas, e considerados positivos para posições compradas.

24 – DOS OBJETIVOS E LIMITES DE RISCO

24.1 – Fundos de Renda Fixa

Os fundos do segmento de renda fixa do Plano Básico terão como limite de risco 1,50% de (VaR), com base em 21 dias e nível de confiança de 95%.

24.2 – Fundos de Renda Variável

Os fundos do segmento de renda variável do Plano Básico terão limite de risco 5,00% de (B-VaR, Benchmark VaR) em relação ao IBX.

25 – DA RELAÇÃO ENTRE A BASES E AS SUAS PATROCINADORAS

Limita-se a 10% (dez por cento) dos recursos do Plano Básico as aplicações em quaisquer títulos ou valores mobiliários de emissão da(s) própria(s) patrocinadora(s) dos planos de benefícios.

26 – DA CUSTÓDIA

A Fundação deverá contratar uma ou mais pessoas jurídicas registradas na CVM para prestar o serviço de custódia, responsável pelos fluxos de pagamentos e recebimentos relativos às operações, bem como pela guarda e verificação da existência dos títulos e valores mobiliários.

27 – DA AUDITORIA

A Auditoria Contábil será realizada pela empresa especializada, nos termos da legislação vigente.

28 – ESTRATÉGIAS DE FORMAÇÃO DE PREÇO

A estratégia de formação de preços dos ativos financeiros caberá aos gestores de fundos de investimentos uma vez que a Entidade mantém uma gestão terceirizada de administração de recursos.

29 – REQUISITOS E CONDIÇÕES DOS ATIVOS

Com relação aos requisitos e condições dos ativos, inclusive no que se refere às negociações por meio de plataformas eletrônicas, a BASES deverá observar o disposto na Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022.


30 – CENÁRIOS MACROECONÔMICOS

BANCO CENTRAL DO BRASIL Focus Relatório de Mercado																								
Expectativas de Mercado												10 de outubro de 2025												
▲ Aumento ▼ Diminuição = Estabilidade																								
Mediana - Agregado	2025					2026					2027			2028										
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***			
IPCA (variação %)	4,83	4,80	4,72	▼ (3)	152	4,70	67	4,30	4,28	4,28	=(2)	149	4,20	66	3,90	3,90	3,90	=(4)	129	3,70	3,70	3,68	▼ (1)	113
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	2,16	2,16	2,16	=(5)	114	2,17	39	1,80	1,80	1,80	=(4)	110	1,81	38	1,90	1,90	1,83	▼ (1)	79	2,00	2,00	2,00	=(83)	74
Câmbio (R\$/US\$)	5,30	5,45	5,45	=(1)	128	5,40	46	5,60	5,53	5,30	▼ (3)	122	5,30	44	5,60	5,56	5,51	▼ (1)	95	5,34	5,36	5,36	=(2)	87
Selic (% a.a)	15,00	15,00	15,00	=(16)	146	15,00	49	12,38	12,25	12,25	=(3)	145	12,50	49	10,50	10,50	10,50	=(35)	119	10,00	10,00	10,00	=(42)	104
IGP-M (variação %)	1,10	0,96	0,95	▼ (5)	74	0,80	28	4,20	4,20	4,20	=(2)	71	4,20	28	4,00	4,00	4,00	=(39)	62	3,96	3,98	3,98	=(1)	57
IPCA Administrados (variação %)	4,66	4,81	4,96	▲ (4)	100	4,91	38	4,00	3,97	3,97	=(3)	98	4,00	37	4,00	4,00	3,84	▼ (1)	64	3,65	3,70	3,70	=(1)	59
Conta corrente (US\$ bilhões)	-67,61	-68,16	-69,00	▼ (1)	33	-68,00	9	-62,74	-65,00	-65,35	▼ (1)	32	-65,00	9	-55,20	-58,00	-59,50	▼ (5)	22	-57,50	-60,00	-60,00	=(2)	18
Balança comercial (US\$ bilhões)	64,81	64,40	62,00	▼ (3)	35	61,15	10	68,38	67,35	65,72	▼ (2)	32	65,72	10	75,51	75,45	75,00	▼ (2)	24	73,94	73,94	75,00	▲ (1)	17
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	70,00	70,00	70,00	=(43)	31	70,00	9	70,00	70,00	70,00	=(29)	31	70,00	9	71,60	71,20	71,30	▲ (1)	24	75,00	75,00	75,00	=(6)	19
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	65,80	65,76	65,76	=(1)	52	65,77	15	70,10	70,08	70,08	=(1)	51	70,08	15	73,90	73,90	73,90	=(6)	43	76,06	76,03	76,02	▼ (2)	40
Resultado primário (% do PIB)	-0,52	-0,50	-0,50	=(1)	62	-0,50	17	-0,60	-0,60	-0,60	=(8)	61	-0,60	17	-0,30	-0,40	-0,40	=(2)	48	-0,10	-0,15	-0,15	=(1)	43
Resultado nominal (% do PIB)	-8,50	-8,50	-8,50	=(5)	49	-8,60	13	-8,40	-8,40	-8,40	=(1)	48	-8,30	13	-7,30	-7,40	-7,46	▼ (1)	40	-7,00	-7,00	-7,00	=(4)	36

Fonte: Banco Central do Brasil / Focus - Relatório de Mercado

Rentabilidades para 2026 projetadas de acordo com o cenário econômico.

SEGMENTO	2020	2021	2022	2023	2024	1º SEM 2025	2026
Plano	7,89%	9,61%	9,92%	9,10%	9,33%	4,87%	8,43%
Renda Fixa	7,45%	9,92%	10,05%	9,39%	9,33%	5,10%	8,43%
Renda Variável	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos Estruturados	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos no Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Imóveis	10,52%	4,14%	7,54%	4,87%	9,33%	0,93%	8,43%
Empre	37%	19,13%	12,55%	10,55%	10,55%	6,09%	8,43%


Assinado

 Taylane Peneluc M de Cirqueira
 Presidência
 Deliberativo

Assinado

 Maurício Medeiros Assis Pereira
 Diretor de Seguridade

Assinado

 Nelsene Santos Sena
 Diretora Administrativa e Financeira
 AETQ - Adm. Estat. Tecnic. Qualificado

Assinado

 Maurício Medeiros Assis Pereira
 Diretor de Seguridade
 ARPB – Adm. Resp. pelo Plano Benef.

PI PB 2026 pdf

Código do documento 9ad83165-5df7-4006-bee1-b6fd51472f15



Assinaturas



Taytiane Peneluc Menezes de Cirqueira
taytianepeneluc@gmail.com
Assinou

Taytiane Peneluc Menezes de Cirqueira



INGRYD CUNHA LEMOS
ingryd@bases.org.br
Assinou



NELSIENE SANTOS SENA
nelsiene@bases.org.br
Assinou



Maurício Medeiros Assis Pereira
mauricio@bases.org.br
Assinou

Mauricio Medeiros Assis Pereira

Eventos do documento

22 Dec 2025, 14:39:38

Documento 9ad83165-5df7-4006-bee1-b6fd51472f15 **criado** por TAIANE CONCEIÇÃO RAMOS OLIVEIRA (c0bb3e30-c9b2-47cc-b24b-bc320aaf68bf). Email:taiane@bases.org.br. - DATE_ATOM: 2025-12-22T14:39:38-03:00

22 Dec 2025, 14:39:51

TAIANE CONCEIÇÃO RAMOS OLIVEIRA (c0bb3e30-c9b2-47cc-b24b-bc320aaf68bf). Email: taiane@bases.org.br.
REMOVEU o signatário **jefersoncarneiro265@gmail.com** - DATE_ATOM: 2025-12-22T14:39:51-03:00

22 Dec 2025, 14:45:50

TAIANE CONCEIÇÃO RAMOS OLIVEIRA (c0bb3e30-c9b2-47cc-b24b-bc320aaf68bf). Email: taiane@bases.org.br.
REMOVEU o signatário **adrianavboas20@gmail.com** - DATE_ATOM: 2025-12-22T14:45:50-03:00

22 Dec 2025, 14:46:03

TAIANE CONCEIÇÃO RAMOS OLIVEIRA (c0bb3e30-c9b2-47cc-b24b-bc320aaf68bf). Email: taiane@bases.org.br.
REMOVEU o signatário **nilsondkat@hotmail.com** - DATE_ATOM: 2025-12-22T14:46:03-03:00

22 Dec 2025, 14:46:12

TAIANE CONCEIÇÃO RAMOS OLIVEIRA (c0bb3e30-c9b2-47cc-b24b-bc320aaf68bf). Email: taiane@bases.org.br.
REMOVEU o signatário **mineiarubiaster@gmail.com** - DATE_ATOM: 2025-12-22T14:46:12-03:00

22 Dec 2025, 14:46:17

TAIANE CONCEIÇÃO RAMOS OLIVEIRA (c0bb3e30-c9b2-47cc-b24b-bc320aaf68bf). Email: taiane@bases.org.br.
REMOVEU o signatário **geizakk@gmail.com** - DATE_ATOM: 2025-12-22T14:46:17-03:00

22 Dec 2025, 14:46:31

TAIANE CONCEIÇÃO RAMOS OLIVEIRA (c0bb3e30-c9b2-47cc-b24b-bc320aaf68bf). Email: taiane@bases.org.br.
REMOVEU o signatário **odevalaraujo@hotmail.com** - DATE_ATOM: 2025-12-22T14:46:31-03:00

22 Dec 2025, 14:46:35

TAIANE CONCEIÇÃO RAMOS OLIVEIRA (c0bb3e30-c9b2-47cc-b24b-bc320aaf68bf). Email: taiane@bases.org.br.
REMOVEU o signatário **taniamledo@bol.com.br** - DATE_ATOM: 2025-12-22T14:46:35-03:00

22 Dec 2025, 14:46:40

TAIANE CONCEIÇÃO RAMOS OLIVEIRA (c0bb3e30-c9b2-47cc-b24b-bc320aaf68bf). Email: taiane@bases.org.br.
REMOVEU o signatário **cairesjpaulo@gmail.com** - DATE_ATOM: 2025-12-22T14:46:40-03:00

22 Dec 2025, 14:46:46

TAIANE CONCEIÇÃO RAMOS OLIVEIRA (c0bb3e30-c9b2-47cc-b24b-bc320aaf68bf). Email: taiane@bases.org.br.
REMOVEU o signatário **igorcardins@hotmail.com** - DATE_ATOM: 2025-12-22T14:46:46-03:00

22 Dec 2025, 14:46:59

TAIANE CONCEIÇÃO RAMOS OLIVEIRA (c0bb3e30-c9b2-47cc-b24b-bc320aaf68bf). Email: taiane@bases.org.br.
REMOVEU o signatário **robertoleony.ssa@gmail.com** - DATE_ATOM: 2025-12-22T14:46:59-03:00

22 Dec 2025, 14:47:04

TAIANE CONCEIÇÃO RAMOS OLIVEIRA (c0bb3e30-c9b2-47cc-b24b-bc320aaf68bf). Email: taiane@bases.org.br.
REMOVEU o signatário
signatario_posicao_2xad44322xsdxxcadqw123aasiUASDQsxcdAQWD@posicao.d4sign.com.br -
DATE_ATOM: 2025-12-22T14:47:04-03:00

22 Dec 2025, 14:47:09

TAIANE CONCEIÇÃO RAMOS OLIVEIRA (c0bb3e30-c9b2-47cc-b24b-bc320aaf68bf). Email: taiane@bases.org.br.
REMOVEU o signatário
signatario_posicao_2xad44322xsdxxcadqw123aasiUASDQsxcdAQWD@posicao.d4sign.com.br -
DATE_ATOM: 2025-12-22T14:47:09-03:00

22 Dec 2025, 14:47:21

TAIANE CONCEIÇÃO RAMOS OLIVEIRA (c0bb3e30-c9b2-47cc-b24b-bc320aaf68bf). Email: taiane@bases.org.br.
REMOVEU o signatário **duda.rangel@yahoo.com.br** - DATE_ATOM: 2025-12-22T14:47:21-03:00

22 Dec 2025, 14:49:23

Assinaturas **iniciadas** por TAIANE CONCEIÇÃO RAMOS OLIVEIRA (c0bb3e30-c9b2-47cc-b24b-bc320aaf68bf). Email: taiane@bases.org.br. - DATE_ATOM: 2025-12-22T14:49:23-03:00

22 Dec 2025, 15:00:24

MAURÍCIO MEDEIROS ASSIS PEREIRA **Assinou** (45a30c5a-8b6c-4e4f-87b3-a081f54b965b) - Email:

mauricio@bases.org.br - IP: 200.159.69.42 (200-159-69-42.oquei.com.br porta: 55878) - [Geolocalização: -12.9752-38.5104](#) - Documento de identificação informado: 641.798.185-15 - DATE_ATOM: 2025-12-22T15:00:24-03:00

26 Dec 2025, 10:05:08

TAYTIANE PENELUC MENEZES DE CIRQUEIRA **Assinou** - Email: taytianepeneluc@gmail.com - IP: 45.225.195.223 (dynamic-45-225-195-223.ibiunet.com.br porta: 35272) - Documento de identificação informado: 347.902.415-72 - DATE_ATOM: 2025-12-26T10:05:08-03:00

29 Dec 2025, 08:22:53

INGRYD CUNHA LEMOS **Assinou** (752ab9df-3c4f-4fe8-af4c-e2e191167d73) - Email: ingyrd@bases.org.br - IP: 179.108.147.99 (maximidia-99-147-108-179.mxt.net.br porta: 1158) - [Geolocalização: -17.415304262409165-39.20552611447964](#) - Documento de identificação informado: 083.542.657-22 - DATE_ATOM: 2025-12-29T08:22:53-03:00

29 Dec 2025, 10:46:55

NELSIENE SANTOS SENA **Assinou** (59dc771b-3339-4063-9420-346619db8ffc) - Email: nelsiene@bases.org.br - IP: 177.193.215.213 (b1c1d7d5.virtua.com.br porta: 61870) - Documento de identificação informado: 814.753.655-00 - DATE_ATOM: 2025-12-29T10:46:55-03:00

Hash do documento original

(SHA256):6dbe3ffd3fcbce5d0e0c5ae262c7d94992be4bd36671e50609088db1a4ddcb57

(SHA512):0ba0ae8f29e3b32bf482cd89748a4349f1555f8a97eff0146999f15aa33d214850b2aa6846fc25af8ab04a64b31996c8de38d8755925bf839438f43dc8bf5b2e

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.